

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA JUVENIL NA AMÉRICA LATINA: VALORES E PERCEPÇÕES POLÍTICAS DESSE GRUPAMENTO SOCIAL

André Selayaran Nicoletti¹; Patricia Rodrigues Chaves da Cunha²

¹Mestrando em Ciência Política, Universidade Federal de Pelotas – andre-nicoletti@hotmail.com

²Doutora em Ciência Política, Universidade Federal de Pelotas – patchavescunha@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como propósito ampliar a discussão ainda incipiente no campo da ciência política de estudos que retratam a juventude como uma categoria social importante nos espaços de disputa de poder. Estudos têm demonstrado que os jovens vêm ocupando espaços fora do eixo institucional tradicional, ou seja, sua participação política tem sido verificada com maior incidência em instituições fora do eixo político-partidário (BAQUERO, 2008; NAZZARI, 2006). Tendo em vista essa constatação nosso interesse passou a ser o de investigar como a literatura da área tem retratado aspectos relacionados à participação política juvenil na América Latina identificando quais mecanismos podem influenciar os jovens a engajarem-se com maior frequência no debate político institucional e partidário e quais percepções políticas estão contempladas nessa categoria social.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa desenvolvida tem como principal método a revisão bibliográfica cujo objetivo principal é elucidar as principais correntes teóricas que debruçam-se sobre a temática da juventude propondo uma reflexão consistente que permita apresentação de resultados significativos para o universo acadêmico. Dados de outras pesquisas também foram apropriados neste trabalho tendo em vista que os dados secundários trazidos por pesquisadores comprometidos com a rigidez científica permitem dar maior amplitude ao objeto investigado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Cultura Política e Juventude: valores e práticas políticas desse segmento social.

O processo de redemocratização ocorrido em grande parte da América Latina no final dos anos 70 possibilitou a concreção de diversos estudos que buscaram na cultura política respostas para entender as implicações das percepções políticas dos cidadãos na reconstituição da democracia latino-americana. Parte da comunidade acadêmica acreditava que com a consolidação democrática ocorrida em diversos países da América Latina, inclusive com o maciço apoio da sociedade civil, a participação dos segmentos sociais estariam fortemente presentes no debate político contemporâneo o que, lamentavelmente, pouco se evidenciou. Os estudos vêm demonstrando que regimes latino-americanos não têm conseguido fomentar uma participação política mais intensa e os avanços institucionais trazidos não conseguem despertar nos cidadãos o engajamento político (BAQUERO & CUNHA, 2011; BAQUERO, 2003; MOISÉS, 2008; KLIKSBERG, 1999).

Baquero (2003) demonstrou que existe uma visão negativa por parte dos cidadãos acerca de diversas instituições da democracia, principalmente no que diz respeito aos partidos políticos, congresso nacional e governos. Para reverter tal cenário o autor aposta em práticas associativas como forma de resgatar o cidadão para a esfera pública e, em uma democracia cada vez mais participativa que possibilite aos atores sociais efetivamente sentirem-se parte do processo

político como um todo. Nessa direção alguns estudos têm buscado retratar experiências participativas e deliberativas que busquem fortalecer as relações entre indivíduos e instituições políticas demonstrando que, apesar de ainda singelo, vem crescendo na América Latina o engajamento dos cidadãos em instituições como associações, ONGs, movimentos sociais e organismos de proteção dos direitos humanos (ABERS & KECK, 2008; AVRITZER, 2007; LUCHMANN, 2007).

Uma experiência interessante desse processo de engajamento participativo pode ser observada nos estudos de Kliksberg (1999) no Peru, precisamente na chamada Villa El Salvador, onde constituiu-se um município onde o associativismo, as relações horizontais e a participação da sociedade é fortemente presente. Com a praticamente ausência do Estado precisaram os cidadãos unirem-se em prol da sua comunidade, construíram escolas, bibliotecas, postos de saúde e hoje são referência para todo o mundo. Um aparato tecnológico permite aos cidadãos decidirem frequentemente sobre o que querem para sua comunidade e praticamente a totalidade de seus moradores participam na direção de associações, ONGs e movimentos sociais.

Nesse cenário a juventude cumpre um importante papel, não só por constituir-se como um contingente significativo em termos populacionais na América Latina, mas também por ser um grupamento social que exerce uma participação política bastante peculiar. Gauthier (2001) afirmou que participar não se reduz a oferecer as condições necessárias à interação dos jovens em sua sociedade, esse processo é muito mais amplo do que se pensa. Participar significa não somente fazer parte de um grupo, como também tomar parte das decisões e ter parte do resultado acompanhando as atividades desenvolvidas ao longo do processo de tomada de decisões (ORTIZ, 2005). Segundo Gauthier (2005) não basta aos jovens conhecerem a organização da vida cívica (instituições) a experiência política é importante e essa experiência pode ser vivenciada em diversos espaços tanto convencional e não-convencional. O jovem precisa ter a sensação de que pode decidir, opinar e participar da formulação da agenda de reivindicações para que assim sinta-se também protagonista (BAQUERO, 2008; NAZZARI, 2006).

Paul Singer (2005) citando dados do “Projeto Juventude” – que observou a percepção política de jovens brasileiros, chilenos e argentinos - demonstra o que chamou de “postura ideológica da juventude” evidenciando que os jovens consideram como valores mais importantes para uma sociedade ideal a solidariedade (55%), respeito às diferenças (50%), igualdade de oportunidade (46%), temor a Deus (44%) e justiça social (41%). Os jovens são receptivos a determinadas práticas políticas adotadas pela juventude, entre as quais, mobilizações reivindicando abertura de espaços para a prática cultural, esportiva e de lazer; ocupação de universidades visando melhor qualidade no ensino e transparência no uso dos gastos públicos. Entretanto dividem-se quanto à participação dos jovens em marchas como as do Movimento Sem Terra. A grande maioria da população Brasileira (69%) acredita que os governos conhecem as necessidades dos jovens, mas não faz nada a respeito (IBASE, 2008).

Valores morais, princípios políticos e a análise de disposições com relação à democracia e à igualdade também foram objeto da pesquisa do IBASE (2008). Os números revelam que uma minoria de jovens (23,5%) são favoráveis ao aborto; (22%) acreditam que o consumo de drogas deve ser legalizado; (46%) defendem a pena de morte. Para transformar o país os jovens e adultos acreditam que as políticas governamentais e a mudança no sistema econômico são as

variáveis mais importantes na reestruturação do Estado.

O engajamento político nos espaços tradicionais da política.

As ciências sociais, em especial, a Ciência Política carece de estudos cuja temática verse sobre o engajamento político e juventude. A maioria dos trabalhos nesse sentido discute o engajamento/participação dos jovens em movimentos estudantis – característico desse grupamento social.

Cunha (2011) citando dados do IBASE (2008) demonstra que 84,8% dos jovens e 83% dos adultos pesquisados nunca participaram de um partido político. O estímulo da participação dos jovens na política convencional faz-se necessário na medida em que as agremiações político-partidárias têm se tornado um espaço para os mais velhos e a oxigenação de ideias e nomes é uma realidade pouco presente na política brasileira (BRENNER, 2009). Talvez, preocupados com tal cenário, de um tempo pra cá os partidos políticos têm demonstrado preocupação em atrair os jovens para sua arena política. Fruto desse movimento temos as chamadas “alas jovens partidárias” que nada mais são do que setoriais juvenis dentro da estrutura partidária cujo objetivo é estimular a participação desse segmento nas diretrizes dos partidos. Segundo Brenner (2009) a existência desses setoriais dentro dos partidos políticos é prática relativamente recente no Brasil.

Ainda, um novo mecanismo que pode levar os jovens ao interesse pela política está na participação em Conselhos da Juventude. Uma forma de exercer uma atividade de representação que é um misto de sociedade e estado. Neste contexto é possível exercer funções similares as de um parlamentar e propor a implementação de uma série de políticas públicas de/para/com juventudes – para usar as palavras de Castro & Abramovy (2002). Desde matérias de natureza educacional até relacionadas a saúde e emprego, inúmeros desafios e perspectivas de juventude, para juventude e com juventudes podem ser debatidas e deliberadas nesse contexto. Cunha (2011) chama-nos atenção para o fato de que apesar de haver mais jovens do que adultos nesses conselhos isso não implica em maior empoderamento juvenil, apesar de poder reforçá-lo.

Interessante são as análises feitas por Cicchelli (2009) extraídas dos discursos de lideranças políticas. Sua análise permitiu concluir que os integrantes da extrema-direita tendem a ver os jovens como incapazes de exercer atividades ligadas ao poder. Ao passo que a tradicional direita compreende o processo de entrada dos jovens no mundo político como aprendizes capazes de aprimorar seus conhecimentos, mas pouco aptos para assumirem grandes responsabilidades. As lideranças entrevistadas na pesquisa que não possuíam vínculos com nenhuma agremiação política acreditam que os jovens são capazes de exercer ações de comando, mas restringindo-se aos temas ligados as suas causas. É na esquerda do espectro ideológico onde as ações políticas dos jovens são vistas com maior otimismo. Nas palavras de Brenner (2011) *“os jovens seriam os portadores de uma visão de mundo original, que os adultos não possuem”*.

Singer (2005) demonstra que os jovens sabem se posicionar politicamente, o que indica um grau surpreendente de engajamento político, o qual cresce com a escolaridade. Existe um equilíbrio entre os jovens, na sua distribuição entre esquerda e direita. Segundo dados da pesquisa citada por Singer (2005) 32% dos jovens estão na direita do espectro ideológico, 27% na esquerda e 23% no centro. Diante desses resultados é possível afirmar que existe um equilíbrio ideológico entre os jovens.

4. CONCLUSÕES

A presença dos jovens nos espaços da política tradicional e da não-convencional é importante, pois permite que os atores envolvam-se em questões da vida pública, discutindo, deliberando e pressionando o Estado para adoção de políticas públicas ou apontando incongruências da agenda dos governos. A politização é um processo que permite estreitar os vínculos entre cidadãos e instituições e melhora a qualidade e maturidade da democracia. Acredita-se que a participação dos jovens nos espaços políticos desenvolve características de confiança entre seus pares e nas instituições o que acarreta uma melhor relação entre atores/instituições.

O fato é que a construção da cidadania juvenil é um tema estratégico nas sociedades latino-americanas, estratégico, pois a maior parte dessa população vive na Ásia e na América Latina (KRAUSKOPF, 2000). Assim, almeja-se maior participação dos jovens nas esferas do poder e na sociedade visando melhorar as relações desse grupamento com a democracia e da democracia com a sociedade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERS, Rebecca N. e KECK, Margaret E. **Representando a diversidade: estado, sociedade e “relações fecundas” nos conselhos gestores.** CADERNO CRH, Salvador, v.21, n.52, p.99-112, Jan/Abr. 2008.
- AVRITZER, Leonardo. **Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: da autorização à legitimidade da ação.** DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol.50, n.3, 2007.
- BAQUERO, Rute. **Jovens e participação sociopolítica – em que paradigma de participação suas ações se inserem?** In: Agenda Jovem. Os Jovens na Agenda. Editora Unijui, Ijuí, 2008, p.123-142.
- BAQUERO, Marcello. **Construindo uma Outra Sociedade: O Capital Social na Estruturação de uma Cultura Política Participativa no Brasil.** Revista de Sociologia e Política, Curtivi, 21 de novembro de 2003.
- BAQUERO, Marcello & CUNHA, Patricia. **Democracia Sulamericana: A Corrupção como Limite para Participação Política Juvenil.** 2011.
- BRENNER, Ana Karina. **Jovens de partidos: a experiência da socialização política.** Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de São Paulo, USP, 2009.
- BRENNER, Ana Karina. **Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários.** Tese de Doutorado em Educação. USP, 2011
- CASTRO, Mary Garcia & ABRAMOVAY, Miram. **Por um novo paradigma de fazer políticas – Políticas de/para;com juventudes.** Revista Brasileira de Estudos de População, v.19, n.2, jul/dez, 2002.
- CICCHELI, V. **The Contemporary Engagement of Young people in France: normative injunctions, institutional programas and the multiplying forms of grouping.** Education, 2009.
- CUNHA, Patricia. Tese Doutorado em Ciência Política. **Capítulo 2 – Cultura Política e Participação Democrática.** UFRGS, 2011.
- GAUTHIER, Madeleine. **A participação dos jovens na vida cívica.** In: Juventude Contemporânea: Perspectivas nacionais e internacionais. Nau Editora, Rio de Janeiro, 2005, p.57-76.
- GAUTHIER, Jacques Henri Maurice. **Uma pesquisa sociopolítica: o índio, o negro e o branco no imaginário de pesquisadores da área de educação.** Florianópolis: UFSC, 2001.
- IBASE. **Pesquisa: “Juventude e Integração Sul-Americana: Diálogos para Construir a Democracia Regional”,** 2008.
- KLIKSBERG, Bernardo. **Capital Social y Cultura, Claves esenciales del Desarrollo.** Revista de La CEPAL, Santiago do Chile, n.69, p.85-102, 1999.